



TRAMA GOLPISTA

Críticas à atuação de Moraes

Advogado do general Heleno, ex-ministro do GSI, questiona a "postura ativa" do magistrado do STF no interrogatório de testemunhas do processo

» LUANA PATRIOLINO
» FERNANDA STRICKLAND
» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA

O advogado Matheus Milanez, representante do ex-ministro Augusto Heleno — réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado —, usou parte do tempo da sustentação oral para criticar duramente o relator do processo, ministro Alexandre de Moraes.

Milanez questionou o papel ativo de Moraes no inquérito, destacando que o ministro fez mais de 300 perguntas nos interrogatórios, enquanto a Procuradoria-Geral da República fez 59.

Conforme destacou Milanez, "juiz não pode se tornar protagonista do processo". "Qual o papel do juiz julgador? Ou é o juiz inquisidor? Por que o magistrado tem iniciativa de buscar em redes de testemunhas informações? O ônus da prova compete ao Ministério Público", disparou.

Ele também reclamou das provas produzidas pela Polícia Federal e atacou a condução da investigação, criticando a forma como a corporação entregou os autos, em meio a uma "montanha de informações" que teria prejudicado a defesa.

O defensor procurou desvincular Heleno do ex-presidente Jair Bolsonaro, alegando que o general perdeu influência política a partir da aproximação do ex-chefe do Executivo com o Centrão.

Ele falou também sobre a vacinação de Bolsonaro. "Para o general Heleno, o presidente tinha que se vacinar. Isso está na sua

caderneta pessoal. Era um pensamento do próprio general", afirmou Milanez, que tentou minimizar as anotações encontradas durante as investigações. "De caderneta golpista não tem nada, é simplesmente um material de apoio do general", argumentou.

Afastamento

"O Ministério Público tenta construir um discurso de que o ministro seria o grande aconselhador. Realmente, o general Heleno foi uma figura de destaque, uma figura política importante, tanto para a eleição quanto para o governo. Mas este afastamento da cúpula decisória é comprovado", ressaltou.

Segundo a PGR, Heleno incentivou o uso da Advocacia-Geral da União (AGU) para respaldar o descumprimento de decisões judiciais. Também sustentou que suas anotações faziam referência a hipóteses de ruptura institucional.

Os réus da trama golpista respondem por crimes de organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

O julgamento será retomado na terça-feira com o voto do ministro Alexandre de Moraes. Na sequência, votam os demais ministros que integram a Primeira Turma do Supremo. A expectativa é de que o resultado saia até 12 de setembro, conforme o cronograma do colegiado.



Milanez na sustentação oral na Primeira Turma: advogado reclamou das provas produzidas pela Polícia Federal e atacou a condução da investigação



Juiz não pode se tornar protagonista do processo. Qual o papel do juiz julgador? Ou é o juiz inquisidor? Por que o magistrado tem iniciativa de buscar em redes de testemunhas informações? O ônus da prova compete ao Ministério Público"

Matheus Milanez, advogado do general Augusto Heleno

Tentativa de descolamento do 8/1

O advogado Matheus Mayer Milanez, que representa a defesa do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno, disse que a Procuradoria-Geral da República (PGR) usou uma "fala isolada" para justificar que ele dificultou o processo de transição do governo Bolsonaro para a gestão Lula.

"Qual prova o Ministério Público traz que Heleno dificultou, impossibilitou ou não deixou a transição acontecer? Uma fala isolada dele: 'É, procedi com a transição'. Isso é prova de resistência? Ou é prova de que foi transparente, de que abrimos as portas do GSI assim que houve a resolução do governo?", questionou.

Milanez levantou uma série de dúvidas sobre a participação de Heleno nos atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023. Questionou quais são os elementos que levam a acreditar que o ex-ministro do GSI teve envolvimento na trama golpista.

"Com quais manifestantes Heleno se comunicou em sua gestão? Foram encontrados com manifestantes cópias dessa agenda ou caderneta apreendida com o general? Qual foi o apoio financeiro ou de logística ou de planejamento prestado por Heleno para o deslocamento

de 100 ônibus a Brasília? Há algum print, áudio, conversa telefônica ou movimentação bancária que implique no envolvimento de Heleno? Que provas traz o MP no sentido contrário?", afirmou.

O advogado argumentou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) "não é subordinada ao GSI", mas, sim, vinculada. Também disse que o próprio Heleno foi monitorado 11 vezes pelo que ficou conhecido como "Abin paralela".

"Desespero"

"O general Heleno não foi indiciado no relatório final sobre a Abin paralela. E aqui, neste relatório que o Ministério Público, também traz nas alegações finais, para comprovar o desespero e a falta completa de provas, ele traz uma reunião entre Bolsonaro, Heleno, Alexandre Ramagem ex-diretor da Abin e os advogados de Flávio Bolsonaro para falar sobre o suposto esquema de rachadinha. O que isso tem a ver com os autos? O Ministério Público traz situações que nada têm a ver", disse.

Em outra passagem de sua sustentação oral, Milanez contestou o fato de Heleno ser mencionado, em um documento apreendido na

Operação Tempus Veritatis, como chefe de um gabinete de crise que seria instalado após o suposto golpe de Estado. Para tanto, o advogado lembrou do pivô da ação penal da deputada federal Carla Zambelli: a falsa ordem de prisão do ministro Alexandre de Moraes, subscrita por ele próprio — documento que foi inserido fraudulentamente nos sistemas do Conselho Nacional de Justiça. "Papel aceita tudo", alegou.

"Porque no papel estaria escrito que é chefe do gabinete de crise quer dizer que ele sabia? Que ele participou da confecção do documento?", questionou. "Não tem diálogo, participação, absolutamente nada", enfatizou, sobre a comprovação da ciência de Heleno a respeito do documento. Ainda de acordo com o advogado, Heleno "não falou com ninguém para pedir apoio" ao golpe de Estado, nem com o general Freire Gomes, então comandante do Exército.

Ele ainda destacou o fato de Heleno não ter participado de uma transmissão ao vivo feita pelo ex-presidente em 2021, quando, no entendimento da PGR, teria se iniciado a trama golpista por meio de discursos do então presidente contra as urnas eletrônicas e o processo eleitoral.

Sessão tem declaração de amor à sogra e piadas de Dino

O segundo dia do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus por tentativa de golpe de Estado teve momentos de descontração. Apesar da gravidade da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República, até mesmo dona Zilda, sogra de um dos advogados, foi citada na sustentação oral diante da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Minha sogra fala assim: 'Às vezes, as palavras são como punhal, como uma arma. Machucam, doem'", disse o advogado Andrew Fernandes Farias, que representa o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. "E por que lembrei da minha querida sogra?", perguntou ele, em seguida. O ministro do STF Flávio Dino não se conteve. "Estou curioso!", afirmou. Alexandre de Moraes, o relator do processo da trama golpista, emendou: "A sua sogra fala isso ou as palavras dela são um punhal?"

Risadas tomaram conta do plenário de poltronas alaranjadas. O advogado respondeu que se dava muito bem com a sogra. "Minha querida dona Zilda, eu tenho um amor profundo por ela", contou. "Ministro Dino, ministro Alexandre, tal qual Vossas Excelências, (ela) trata-me, honestamente, muito melhor do que me-reço", emendou.

Engana-se, porém, quem pensa que a argumentação do advogado era para tratar da Operação Punhal Verde e Amarelo, como ficou

conhecido o plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice Geraldo Alckmin e Moraes. O documento foi impresso nas dependências do Palácio do Planalto, após as eleições de 2022.

Não tinha nada de Punhal Verde e Amarelo naquele discurso. As menções feitas por Farias à sogra, que lhe renderam piadas nas redes sociais, eram para criticar a peça de acusação contra o ex-ministro da Defesa. "É um salto triplo carpado o que o Ministério Público faz", resumiu. "O papel aceita tudo."

Farias descreveu Paulo Sérgio como um ministro com "espírito pacificador", que havia sido isolado no governo por não concordar com a ruptura da democracia. "O general Paulo Sérgio não é um golpista", asseverou.

Literatura

Até mesmo a obra *Alice Através do Espelho*, de Lewis Carroll, foi citada pelo advogado, após menções a Belchior, Gonçalves Dias, Fernando Pessoa e Van Gogh. "Eu lembro daquela famosa passagem do diálogo entre a Alice e o Humpty Dumpty: 'Quando eu uso uma palavra, ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique: nem mais, nem menos'", observou.

A certa altura, o celular de Farias tocou, quando ele já encerrava sua sustentação oral. Dino o interrompeu. "Não esqueça de atender o telefone. Era sua sogra", avisou. Foi uma gargalhada geral.



Segundo dia de julgamento teve momentos de descontração entre advogado e ministros

Minha sogra fala assim: 'Às vezes, as palavras são como punhal, como uma arma. Machucam, doem'

Andrew Fernandes Farias, advogado de Paulo Sérgio Nogueira

A sua sogra fala isso ou as palavras dela são um punhal?"

Alexandre de Moraes, ministro do STF

As sessões

2/9: primeiro dia do julgamento da trama golpista
Ontem: segunda sessão de julgamento
9/9: das 9h às 12h; e das 14h às 19h
10/9: das 9h às 12h
12/9: das 9h às 12h; e das 14h às 19h

» Ministro rebate ex-assessor

O ministro Alexandre de Moraes rebateu as acusações feitas por seu ex-assessor Eduardo Tagliaferro. O perito está foragido na Itália e apresentou denúncia ao Senado afirmando que o magistrado adulterou documentos para justificar operações da PF. Ele disse que teve de produzir um documento posterior a uma ação policial, mas houve adulteração na data para indicar que o material teria sido produzido antes. Em nota, Moraes disse que os procedimentos de investigação ocorreram de forma regular. Sustenta ainda que a assessoria do TSE foi acionada para recolher dados e que esses foram repassados às autoridades competentes.